

**CONSTRUTORES ANÔNIMOS EM CAMPINAS (1892-1929): REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO
DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA | Rita de Cássia Francisco**

Mestre | Prefeitura Municipal de Campinas
Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural | Estação Cultura
Praça Marechal Floriano Peixoto, s/nº, Centro, 13013-120, Campinas, SP, Brasil
refrancisco@usp.br

CONSTRUTORES ANÔNIMOS EM CAMPINAS (1892-1929): REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ARQUITETURA

INTRODUÇÃO

Ao se falar sobre a cidade de Campinas na passagem do século XIX para o XX, é premente apontar que, assim como outros do Estado de São Paulo, o município atravessava uma completa remodelação, passando a receber um novo conjunto de atribuições, sobretudo no tocante à sua paisagem urbana.

Do acelerado processo de crescimento que avançava sobre o interior paulista decorria o incremento do ainda incipiente processo de urbanização e a formação de mercados locais, com o desenvolvimento do comércio e a constituição de uma elite agrária (Semeghini, 1991). Como elemento catalisador desse processo havia o café, cuja presença trazia consigo ares de modernidade para o interior, visto que muitas das fortunas constituídas pela agricultura cafeeira investiram, nesse período, em melhoramentos para atender às suas exigências econômicas e sociais.

As transformações estabelecidas na esfera da produção agrária repercutiam na dinâmica da especialização de funções, equipamentos e bases produtivas, configurando novas complexidades à cidade e reforçando a necessidade de uma nova urbanidade. A ferrovia, recentemente surgida¹, configurou-se como ícone maior desses novos tempos, imbuindo à cidade ritmos e costumes até então desconhecidos. Relativamente à arquitetura, houve, como se sabe, a propagação de novos materiais construtivos. A aplicação do trinômio *tijolo, ferro e vidro* viria a alterar por completo a feição da cidade, possibilitando novas tipologias e arranjos compositivos (Kühl, 1998).

Os novos programas de edifícios necessários ao funcionamento da ferrovia foram emblemáticos desse panorama, pois, justamente por seu caráter inusitado, estavam mais próximos de ser resolvidos segundo as transformações tecnológicas ocorridas no século XIX. Há que considerar, no entanto, que no Brasil a importação e a cópia dos padrões europeus tiveram que ser reinventadas, “*na circunstância de uma sociedade que mudava e persistia ao mesmo tempo*” (Martins, 2004)². Sem referência direta para inspiração, inicialmente, em meados do século XIX, a definição do partido arquitetônico ainda esteve sujeita aos modelos da arquitetura corrente, de modo que os edifícios ferroviários se inseriram no ecletismo predominante.

Em corroboração a tais considerações, podemos mencionar os resultados de outro de nossos trabalhos, em que abordávamos justamente as edificações ferroviárias construídas nesse período (Francisco, 2007), adotando como foco os edifícios componentes do complexo produtivo da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro estabelecida em Campinas. Nele foi possível verificar que as edificações projetadas, além de seu importante papel para o pleno funcionamento da ferrovia, assumiram outro, de caráter mais subjetivo que esse, relacionado à disciplinarização dos gostos na *peculiar modernidade*³ que a cidade vivia então e, perseguindo tais objetivos, um nome nos apareceu como fundamental para a difusão de padrões técnicos e estéticos: o do engenheiro Carlos William Stevenson.

Durante a pesquisa bibliográfica, o nome do engenheiro, a despeito de sua notável relevância para a história da arquitetura em Campinas, constaria apenas como o responsável por proferir uma palestra intitulada “Urbanismo” (Stevenson, 1933), cujos princípios seriam reconhecidos, nos anos 1930, no plano de melhoramentos desenvolvido por Francisco Prestes Maia para a cidade (Badaró, 1986).

Stevenson foi o primeiro *construtor anônimo* com o qual deparamos. A partir dele foi possível reorientar nosso olhar e dar início à constatação de que tantos outros existiram.

Mais tarde, durante o desenrolar de pesquisas com fontes documentais no acervo do Arquivo Municipal de Campinas, concernentes aos trabalhos para realização do primeiro inventário de bens imóveis do Centro Histórico de Campinas (Francisco, 2008)⁴, foi que deparamos, uma vez mais, com outros inúmeros *construtores anônimos*.

A expressão aqui adotada, vale dizer, adveio da constatação do anonimato ao qual foram relegados todos esses construtores pela historiografia disponível sobre a história e a arquitetura locais. Apesar de sua intensa atividade — inclusive com a constituição das primeiras firmas da construção civil —, da permanência material e da existência de referências documentais do conjunto edificado, tais obras chegaram aos dias de hoje sem autoria conhecida, atribuídas, assim, a *construtores anônimos*.

Em um levantamento preliminar para o período compreendido entre os anos 1892 e 1929⁵, foram quantificados quase sete mil requerimentos referentes a solicitação de autorizações para construções, reformas e demolições. É certo que desse montante, mais da metade não possui indicação do projetista, construtor ou responsável pelas obras, mas para

a outra parcela, na qual é expressa a responsabilidade técnica, pudemos identificar que apenas dez profissionais concentram 35,8% do total, ou seja, 1.184 de 3.306 requerimentos⁶.

Apenas para citar os cinco primeiros colocados, Ercole Bonetti foi o responsável por 199 intervenções; Affonso Massaroto, por 189; Raphael Mauro, por 127; De Filippis e Cia., por 118; e Antonio Cezar, por 105. Para o mesmo período, encontramos apenas um requerimento do renomado arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, relativo à construção do Colégio Bento Quirino, em 1916⁷.

Aos *construtores anônimos*, acreditamos, coube, portanto, a construção da cidade real e vivida, repleta de residências, vilas, oficinas, galpões, armazéns e botequins. Quem foram esses construtores, quais suas escolas, qual o seu legado e qual o motivo de seu anonimato são algumas das reflexões que pretendemos incitar. Sabemos que um estudo desse gênero traz atrelado a si a constatação de toda uma série de carências informativas passíveis de ser supridas principalmente por meio de um trabalho mais afeito ao exame e ao tratamento de fontes documentais e materiais.

Reconhecemos com isso que, apesar do esforço de pesquisadores e profissionais de diversas áreas, além dos técnicos envolvidos com a preservação do patrimônio cultural nos órgãos públicos, a quase totalidade das produções que têm como objeto a história da arquitetura campineira trata única e somente da produção monumental de portentosos edifícios particulares — caso dos palacetes dos barões do café — ou institucionais. Símbolo maior dessa abordagem é a recorrente exaltação do nome de Ramos de Azevedo como *campineiro ilustre* e grande construtor do período.

Do outro lado encontram-se as fontes primárias relativas à construção civil em Campinas para o período abordado⁸, cuja análise e interpretação nos oferece um contraponto às imagens consolidadas pela bibliografia tradicional. Ao considerarmos essa nova opção de pesquisa, a alardeada produção de Ramos de Azevedo, por exemplo, passa a ser ofuscada pela dilatada escala de imóveis construídos aos milhares por um conjunto de profissionais, com maioria de estrangeiros, que permanece desconhecido.

Carlos Lemos (1993, p.3), ao tratar desse cenário, registra a participação dos “*estrangeiros habilitados a atuações importantes e ainda não praticadas*” como importantes propagadores das correntes arquitetônicas derivadas do ecletismo, ao reproduzirem aqui as tradições construtivas de seus países de origem. Como vimos anteriormente em relação às edificações ferroviárias, também na construção civil a transformação de estilos e programas e a alteração da técnica construtiva foram assim impulsionadas, consubstanciadas no surgimento de um novo partido arquitetônico.

Apesar disso, Lemos (1993, p.3) não deixa de mencionar que “*esse entrosamento de gente de fora com a alta sociedade certamente não era assim tão fácil, dada a postura bastante preconceituosa que sempre caracterizou ali [em Campinas] a classe alta*”. Fosse ou não essa a origem do esquecimento de nossos *construtores anônimos*, o que demandaria estudos de naturezas diversas daqueles que apontamos aqui, a hipótese formulada por

Lemos atribui a esse estranhamento dos campineiros em relação aos estrangeiros uma das razões do destaque de Ramos de Azevedo.

Causa-nos surpresa, no entanto, que tanto a bibliografia consolidada sobre a história de Campinas quanto pesquisas próprias aos campos da história da técnica e da arquitetura tenham apenas reproduzido essa possível visão, sem nenhuma crítica ou reorientação. E que, do mesmo modo, as práticas preservacionistas na cidade, desde a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc) em 1987, venham privilegiando os mesmos palacetes e edifícios institucionais já mencionados⁹, ao menos até o presente momento, quando se tem voltado aos conjuntos urbanos remanescentes edificados por nossos *anônimos*.

Neste ponto, remetendo-nos ao clássico estudo de Maurice Halbwachs (2004, p. 75), cabe problematizar tais questões advertindo ser a *lembrança*, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

Partindo desse pressuposto, consideramos pertinente conjecturar se nossos *construtores anônimos* foram de fato *esquecidos* pela historiografia e pelas recentes pesquisas acadêmicas que tratam da história e da arquitetura de Campinas, ou se, na verdade, trata-se de uma *recusa* deliberada e não de *esquecimento*.

Conforme demonstramos anteriormente, nossa hipótese principal consiste em atribuir a uma série de arquitetos, engenheiros, projetistas e construtores *anônimos* a considerável produção arquitetônica edificada em Campinas entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, em oposição às ideias amplamente difundidas, de vinculação dessa produção a um ou mais nomes de projeção.

Como vimos, há não somente uma rica documentação primária capaz de fornecer elementos para o desenvolvimento dessa tese, como também exemplares remanescentes contemporaneamente no tecido urbano de Campinas. Cabe questionar, desse modo, que tipo de conhecimento tem-se pretendido construir sobre a história da cidade. Por que teria se cristalizado uma visão da cidade que se limita a três escolas, duas igrejas, um hospital, um mercado e um matadouro?¹⁰

Aproximando-nos das discussões mais recentes sobre as relações entre *história* e *memória* (Le Goff, 2003; Nora, 1993) e, especificamente, das definições sinalizadas por Michael Pollak (1989), pode-se dizer que a natureza de nosso problema consiste em verificar as relações existentes entre a *memória oficial* que se deseja passar — ou impor — e aquilo que se denominou *memórias subterrâneas*. Não se trata, assim, de historicizar memórias que deixaram de existir, e sim trazer à superfície aquelas memórias que “*prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível*” (Pollak, 1989, p.3).

A abordagem proposta se interessa, portanto, pelos processos e atores capazes de intervir no trabalho de constituição e de formalização dessas *memórias*.

Em primeiro lugar, há que tratar das próprias obras de história da arquitetura, discutindo os termos em que é apresentada a produção do período que abordamos aqui.

Trata-se, em São Paulo, do momento marcado pelo advento do ecletismo, conhecido e caracterizado pela propagação de novos padrões técnicos e estéticos (D'Alambert, 1993; Lemos, 1985). Apesar das grandes proporções em que se deu essa difusão, transformando a paisagem urbana das cidades, nos parece que os exemplos apresentados nas obras de referência sobre o assunto (Fabris, 1987), assim como no caso que apresentamos aqui, se ativeram mais à arquitetura monumental que propriamente à arquitetura do *espaço cotidiano* (Santos, 2004).

Em segundo lugar, para o caso específico de Campinas, é necessário averiguar o porquê das obras de história local excluírem quase que por completo as questões relacionadas à produção social do espaço, no sentido mais abrangente do termo. Apresentam-se temas relacionados ao campo do urbanismo, do sanitário¹¹, e das modelares construções. O que se dava entre o *mercado* e a *igreja*, na construção da cidade real e vivida, permanece, contudo, como *memória subterrânea*.

Por fim, um último aspecto a se problematizar refere-se ao posicionamento adotado pelos órgãos de preservação atuantes em Campinas ante as questões aqui levantadas. Há registros documentais e materiais da produção arquitetônica desses *construtores anônimos*. Por que então, apesar disso, as práticas preservacionistas continuaram privilegiando o tombamento dos modelares edifícios e reiterando, sem contemplar a possibilidade de uma revisão crítica, a ideia monumental e alegórica de patrimônio? E, em continuação a essa ideia, caberia ainda uma outra reflexão: como responsabilizar a população campineira por sua postura em relação às questões do patrimônio cultural e sua sensação de não pertencimento, se desde o início a arquitetura monumental é que foi considerada como *preservável* e se as práticas preservacionistas só vieram a contribuir para o enaltecimento da cidade *não vivida*?

Longe de encerrar o assunto, apresentamos aqui os resultados preliminares de uma investigação que só se inicia. Ao trabalhar com as *memórias subterrâneas* sobre a construção civil em Campinas entre fins do século XIX e o início do século XX, acreditamos trabalhar com uma operação coletiva dos acontecimentos e de interpretações do passado que se quer, ou não, salvaguardar. E, enfim, ao analisar as tentativas conscientes de definir ou reforçar o que deve ser *rememorado* como patrimônios culturais campineiro acreditamos contribuir para que se reconheça a que ponto e com que intensidade o presente colore o passado.

NOTAS

1. Em Campinas, a inauguração dos trilhos da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais em 1872, ligando-a a Jundiá, e lá se entroncando com a São Paulo Railway, colocou a cidade em contato direto com São Paulo e Santos. Com a inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, em 1875, se estabelecia também a conexão com o interior, acompanhando o itinerário do café e gerando as condições básicas para que Campinas assumisse, a partir de então, uma função de polo regional (Matos, 1981; Saes, 1981).
2. Para José de Souza Martins (2004, p.12), “A ferrovia anunciava e realizava o novo, ao mesmo tempo em que nele inseria o velho e tradicional. Era como se descosturasse a trama das velhas relações sem destruí-las inteiramente, recosturando-as no sistema de significados e funções do primado do capital e de sua reprodução ampliada. Não atuava apenas no âmbito da economia, mas também no do reajustamento e refuncionalização das relações sociais, dos valores, das concepções”.
3. Conforme o termo cunhado por Mirza Pellicciotta (1997).
4. No âmbito de nossas atribuições na Coordenadoria Setorial do Patrimônio Cultural (CSPC), órgão técnico de apoio ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc).
5. Nosso recorte temporal abrange o período entre os anos de 1892, o primeiro para o qual se encontram documentos relativos à licença para construir, e 1929, data da realização da primeira planta cadastral da cidade. A adoção desses limites se justifica pela possibilidade de visualizar a transformação da Campinas que começou a tomar forma urbana nesse período e apreender, para um período em que a legislação urbanística e o planejamento urbano ainda eram incipientes na cidade, além das escolhas arquitetônicas e estilísticas de nossos *construtores anônimos*, sua contribuição ao desenho da paisagem urbana.
6. A consulta aos processos no Arquivo Municipal foi realizada por uma equipe de estagiários entre os anos de 2005 e 2007, sob nossa coordenação. O processamento das informações e os resultados preliminares aqui apresentados, no entanto, são inéditos e fruto de nossa pesquisa pessoal, a ser desenvolvida no programa de pós-graduação da FAU-USP, em nível de doutoramento, sob orientação da Prof^a. Beatriz Mugayar Kühl.
7. Evidente que há outras obras de Ramos de Azevedo em Campinas, sobretudo nos primeiros anos de sua atuação profissional, a maioria institucionais. Entre os anos 1879 e 1918, além da Escola Bento Quirino citada, foram edificadas: Escola do Povo; Matadouro Municipal; Matriz Nova; Capela de São Benedito; Circolo Italiani Uniti; Cadeia Nova; 1º Grupo Escolar; Mercado Municipal (Monteiro, 2000). Há

ainda alguns palacetes atribuídos a Ramos, mas excetuando-se os casos em que foi possível averiguar sua autoria no acervo de projetos do arquiteto, hoje sob guarda da biblioteca da FAU-USP, sequer consideramos tais informações.

8. Trata-se do acervo de processos e plantas apresentados para obtenção de licenças junto à Prefeitura Municipal entre os anos 1892 e 1940, disponível para consulta pública no *Setor de Pesquisa e Divulgação do Arquivo Municipal de Campinas*.
9. Os bens tombados e em estudo de tombamento pelo Condepacc podem ser conferidos em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/>>.
10. Remetendo-nos às obras institucionais projetadas por Ramos de Azevedo no período, anteriormente mencionadas.
11. Afinal Campinas passara, na segunda metade do século XIX, pelo que Lapa (1996, p.243-247) chamou de *ronda das epidemias*, tendo sido vítima de surtos de tifo amarelo, cólera, varíola e febre amarela.

REFERÊNCIAS

- BADARÓ, R.S.C. *O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1986.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- D'ALAMBERT, C.C. *O tijolo nas construções paulistanas do século XIX*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- FABRIS, A. (Org). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987
- FICHER, S. *Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- FRANCISCO, R.C. *As oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: arquitetura de um complexo produtivo*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- FRANCISCO, R.C. Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. *Revista Eletrônica do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo*, n.6, p.119-141, jun. 2008.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- KÜHL, B.M. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação*. São Paulo: Fapesp, 1998.

- LAPA, J.R.A. *A Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEMONS, C.A.C. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- LEMONS, C.A.C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: Pini, 1993.
- MARTINS, J.S. A ferrovia e a modernidade em São Paulo: a gestação do ser dividido. *Revista USP*, n. 63, p.6-16, 2004.
- MATOS, O.N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.
- MONTEIRO, A.M.R.G. *Ramos de Azevedo: presença e atuação profissional em Campinas: 1879-1886*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, p.7-28, 1993.
- PELLICCIOTTA, M. Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas. *Revista do ICH*, n.1, p.96-124, 1997.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.
- SAES, F.A.M. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SEMEGHINI, U.C. *Campinas: agricultura, industrialização e urbanização*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- STEVENSON, C.W. *Palestra proferida no Rotary Club de Campinas em 17 de novembro de 1933*. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1933.

RESUMO

Este artigo pretende analisar o panorama da construção civil em Campinas entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX e trazer à tona a produção arquitetônica de projetistas — engenheiros e arquitetos — e construtores até hoje pouco estudados pelas pesquisas acerca da história e da arquitetura do município. A discussão proposta desdobra-se a partir de duas dimensões temporais, sendo a primeira aquela em que se construíram os exemplares arquitetônicos de que pretendemos tratar, e a segunda, contemporânea, aquela atrelada ao movimento das ideias e à atuação das personagens envolvidas com a questão da história, da arquitetura e do patrimônio cultural. Tem como objetivo partir da cidade real, expressa tanto materialmente quanto na documentação arquivística, para então verificar a repercussão do *esquecimento* desses construtores na historiografia, nas pesquisas acadêmicas mais atuais e práticas preservacionistas do município e iniciar a discussão sobre os processos e/ou motivos que levaram à reiteração desse *esquecimento*, dessa vez por meio da consolidação de uma visão monumental e alegórica do patrimônio cultural de Campinas.

PALAVRAS-CHAVE: História. Arquitetura. Campinas. Patrimônio cultural.

ANONYMOUS BUILDERS IN CAMPINAS (1892-1929): REFLECTIONS ON THE STUDY OF THE HISTORY OF ARCHITECTURE

ABSTRACT

This article analyzes the framework of civil construction in Campinas between the late 19th century and the first two decades of the 20th century and to bring out the architectural production of designers — engineers and architects — and builders who have been little studied by the research on the history and the architecture of the city. The proposed discussion unfolds from two temporal dimensions, the first one in which were built the architectural examples we intend to treat and the second, contemporary, one tied to the movement of ideas and actions of the characters involved with the issue of history, of architecture and cultural heritage. It begins by discussing the real city, expressed physically and in archival documentation, and then check the impact of forgetfulness of these builders in historiography, in the latest academic research and preservation practices of the municipality and start the discussion about the processes and / or reasons that led to the repetition of such neglect, this time through the consolidation of a monumental and allegorical vision of the cultural heritage of Campinas.

KEYWORDS: History. Architecture. Campinas. Cultural heritage.

